



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Rua José Camacho, n.º 585 - Bairro Olaria - CEP 76801-330 - Porto Velho - RO - www.tjro.jus.br  
- Criada conforme Resolução n. 100/2019-PR

## **ATA DE REUNIÃO Nº 550 / 2025 - COESPGGOV/GGOV/PRESI/TJRO**

### **Audiência Pública Virtual da Justiça Estadual da Região Norte**

**8 de Julho de 2025**

#### **1 Participantes**

Desembargador Jayme Henrique Ferreira - Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá;

Desembargador João de Jesus Abdala Simões - Desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas;

Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto - Vice - Presidente do Tribunal de Justiça do Pará;

Desembargadora Maysa Vendramini Rosal - Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins;

Desembargador Raduan Miguel Filho - Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia;

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura - Presidente do Tribunal de Justiça do Pará;

Juíza Bárbara Marinho Nogueira - Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Amazonas;

Juíza Elayne da Silva Ramos Cantuária - Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Amapá;

Juiz Giordane de Souza Dourado - Juiz Auxiliar da Presidência e Juiz de Cooperação do Tribunal de Justiça do Acre;

Juiz Jordan Jardim - Juiz de Cooperação do Tribunal de Justiça do Tocantins;

Juíza Kátia Parente Sena - Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Pará;

Juíza Lana Leitão Martins - Juíza Auxiliar da Presidência e Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça de Roraima;

Juíza Valdirene Alves da Fonseca Clemente - Juíza Auxiliar da Presidência e Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça de Rondônia;

Aderson;

Adilson Rodrigues Martim - Serviço Especial I - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Adriana Moraes de Carvalho - adri\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Alessandro dos Santos Domont - sant\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Aloisio Miranda Menescal - aloi\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Amanda Paiva Oficial - aman\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Ana Marina - anam\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

André Bolanho Mota Santana - Economista - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Anna Paula de Almeida Cavalcanti Ribeiro - anna\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Aparecida Lopes - bard\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Ariostenis Guimarães Vieira - ario\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Aureliano Dias - Vice-Presidente da Comissão de Processo Penal da OAB - adva\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Bernadeth Farias - bern\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Carlson Uchôa Pinto - carl\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Cristiane Alvarenga - cris\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Cristiane de Souza Gama - cris\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Deyvid Duarte - deyv\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Dirceu Félix - dirc\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Dulce Oliveira Teodoro Garcia - oliv\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Ediberto Barbosa Lemos - Administrador - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Edilson dos Santos Oliveira Neto - Presidente da Comissão de Processo Penal da OAB Amazonas - edil\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Eliu Mendonça - elin\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Elton Mario Vale Tavares - elto\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Erica Machado - Secretária Chefe do Gabinete da Presidência - Gabinete da Presidência (GABPRE);

Felipe Pinheiro dos Santos - Coordenador - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Geralda Francisca da Silva - gera\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Gisele Wutzke - outr\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Ingrid Nascimento da Franca - Técnica Judiciária - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Italo Bruno Caldas Paulo - ital\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Janaina Cristina Muniz Brito - Coordenadora III - Cerimonial (CER);

João Ornato Benigno Brito - joao\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

João Pedro De Abreu Lima - joao\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

João de Souza Trajano - joao\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

José Vicente Souza - vice\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Josué Santos - josu\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Karina de Amarante Cabral - Técnica Judiciária - Centro de Custos, Informações e Estatística (Cies);

Laelho Barrozo da Silva - Coordenador II - Núcleo de Imagem Audiovisual (NIAV);

Luciana Sá Fernandes - Coordenadora de Gestão Estratégica - TJPA;

Luistela Saraiva - luis\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Luma do Nascimento Saldívar - luma\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Madson Sussurana Martins - Servidor - TJAP;

Manuela Souza - manu\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Márcia Duarte da Silva - Assistente Administrativo - Gabinete de Governança (GGOV);

Marcia Rachel de Castro e Costa Rizzato - Secretária de Planejamento - TJAM;

Marcio Jaime dos Passos Pereira - marc\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Marilândia Mendonça - mari\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Moisés Rosa Pereira - Instituto Social Maria Esperança;

Nayane Nogueira - naya\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Pâmela Roberta Rodrigues de Souza - Assistente Técnico I - Gabinete de Governança (GGOV);

Patrícia Lopes de Almeida - patc\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Paula Tatiana dos Santos Limas - paul\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Rafaela Correa Barbosa - rafa\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

Renato Alves Gomes - Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos - TJTO;

Rodrigo Oliveira - rodr\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Rosana Glaucia Rocha - rosa\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Rosemeire Moreira Ferreira - Secretária Chefe - Gabinete de Governança (GGOV);

Sandra Shicovski Bento - sand\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Stephany - step\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Tayanny Negrão de Brito - taya\*\*\*\*\*@\*\*\*.br;

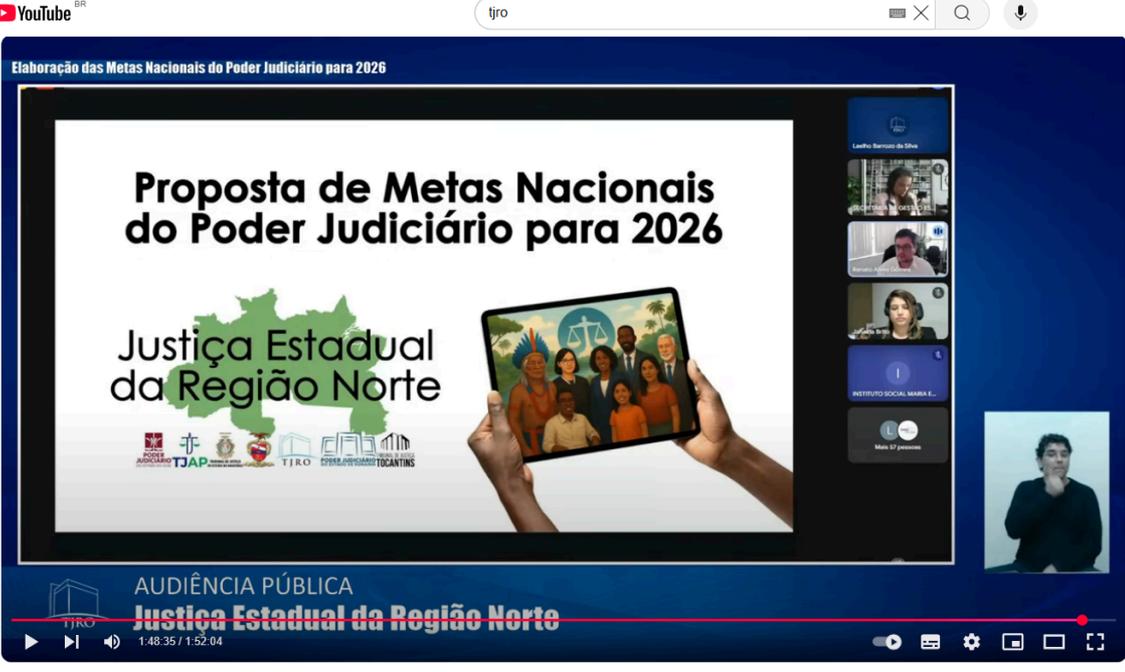
Thalita Fernanda Vasconcellos Galvez Fernandes - Técnica Judiciária - Coordenadoria de Estratégia e Projetos (Coesp);

Vanusa Rodrigues - vanu\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Venício Almeida de Oliveira - veni\*\*\*\*\*@\*\*\*.com;

Veruska Anny Souza Lobo - Secretária de Gestão Estratégica - TJRR;

Além de mais de 600 visualizações somente no canal do YouTube do TJRO.



Audiência Pública Virtual da Justiça Estadual - das 9h às 11 horas, horário de Brasília

TJ Rondônia  
13,1 mil inscritos

608 visualizações Transmitido ao vivo em 8 de jul. de 2025

Registro de frequência



## 2 Objetivo da Audiência Pública Virtual

Acolher contribuições da sociedade e do sistema de justiça para a formulação das metas nacionais do Poder Judiciário para 2026.

### **3 Apresentação e Principais Pontos Debatidos**

A mestre de cerimônias do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Janaína Brito, iniciou a Audiência Pública Virtual da Justiça Estadual da Região Norte, dando as boas-vindas aos participantes. Ela ressaltou a presença de presidentes de Tribunais de Justiça e juízes auxiliares de diversos estados da Região Norte, além de agradecer o apoio da OAB Seccional Amazonas, da Defensoria Pública e do Ministério Público do Estado do Acre.

Em seguida, o Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Acre, Giordane de Souza Dourado, destacou a cooperação como elemento estrutural do Poder Judiciário e política pública do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), essencial para o crescimento institucional e o compartilhamento de inovações. Ele expressou satisfação em participar de um evento que promove o debate e a integração entre os tribunais da região, reafirmando o apoio do TJAC a iniciativas de cooperação.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, Desembargador Jayme Henrique Ferreira, manifestou a honra em participar do compromisso com a governança participativa e a escuta qualificada. Ele enfatizou que as metas representam caminhos para compreender os desafios locais e incorporar contribuições diversas na construção das metas nacionais para 2026.

Na sequência, o Presidente do Tribunal de Justiça do Pará, Desembargador Roberto Gonçalves de Moura, sublinhou a importância de ouvir a sociedade e os representantes do sistema de justiça para aprimorar o trabalho e atender com eficiência e sensibilidade cada cidadão. A Presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, Desembargadora Maysa Vendramini Rosal, reafirmou o compromisso com uma gestão participativa, entendendo o diálogo com a população como o caminho para a excelência do serviço público. Por fim, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Desembargador Raduan Miguel Filho, classificou a audiência pública como uma iniciativa inédita e histórica, fruto do diálogo e da cooperação, defendendo que as metas nacionais do Poder Judiciário devem ser construídas com, para e pela sociedade.

#### Importância da Audiência Pública e Processo de Gestão Participativa

A Secretária de Planejamento do Tribunal de Justiça do Amazonas, Márcia Rachel de Castro e Costa Rizzato, utilizou um vídeo didático para explicar a importância da audiência pública e do processo de gestão participativa, previsto na [Resolução CNJ Nº 221/2016](#). O vídeo detalhou a audiência pública como um instrumento democrático fundamental na construção das políticas do Poder Judiciário, promovendo diálogo e participação ativa da sociedade na definição de prioridades. Foram também detalhadas as quatro etapas do processo participativo para a definição das metas: consulta pública nacional, audiências públicas regionais, sistematização das contribuições e deliberação final no encontro nacional do Poder Judiciário.

#### Apresentação das Metas Nacionais

A Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Amapá, Elayne da Silva Ramos Cantuária, apresentou a Meta Nacional 1, que visa julgar mais processos do que os distribuídos. Ela destacou que essa meta, inalterada desde 2009 (início do planejamento estratégico na justiça brasileira), é crucial para o judiciário da Região Amazônica devido a desafios estruturais e à dificuldade de acesso à justiça. O representante do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Desembargador João de Jesus Abdala Simões, reiterou a necessidade de o CNJ considerar as peculiaridades da Região Norte, incluindo populações indígenas, ribeirinhos e o grande fluxo migratório de estrangeiros, para que as metas nacionais atendam às necessidades locais.

A Coordenadora de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Pará, Luciana Sá Fernandes, apresentou a Meta Nacional 2, focada no julgamento dos processos mais antigos. Ela explicou que essa meta, criada em 2009, busca reduzir o estoque de processos pendentes de julgamento e que, em 2024, houve uma evolução para focar em processos de conhecimento pendentes há 15 anos ou mais. A proposta da Meta 2 é julgar, até 31/12/2026, pelo menos:

- 1º grau: 80% dos processos distribuídos até 31/12/2022;
- 2º grau: 90% dos processos distribuídos até 31/12/2023;
- Juizados Especiais e Turmas Recursais: 90% dos processos distribuídos até 31/12/2023;
- Processos de conhecimento pendentes de julgamento há 15 anos (2011) ou mais: 75%.

Também foram compartilhados os resultados de cumprimento da meta em 2024 e o andamento em 2025 para o primeiro grau, segundo grau e juizados especiais.

Segmento	2024	2025*
1º Grau	102,97%	100,54%
2º Grau	101,98%	100,82%
Juizados e Turmas	103,58%	95,03%

\*até 31/05/2025  
 Fonte: Painel CNJ Justiça em Números

A Secretária de Planejamento do Tribunal de Justiça do Amazonas, Márcia Rachel de Castro e Costa Rizzato, abordou a Meta Nacional 3, que busca estimular a conciliação em 1 ponto percentual em relação ao ano anterior. Ela expressou preocupação com a dificuldade de manter o padrão de conciliação devido ao aumento de demandas predatórias, sugerindo que o CNJ considere a possibilidade de diminuir a cláusula de barreira de 17% ou o crescimento percentual anual.

A Juíza de Cooperação do Tribunal de Justiça do Amapá, Elayne da Silva Ramos Cantuária, apresentou a Meta Nacional 4, referente à priorização do julgamento de processos relacionados a crimes contra a administração pública, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais. Ela enfatizou a importância de identificar e julgar:

- 65% dessas ações até 31/12/2026 para eficiência e eficácia do judiciário;
- 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2022, para demonstrar à população a missão do serviço público em todas as administrações.

O Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos do Tribunal de Justiça do Tocantins, Renato Alves Gomes, explicou a Meta Nacional 5, que visa reduzir a taxa de congestionamento líquida dos processos de conhecimento em 0,5

ponto percentual em relação a 2025, com cláusula de barreira na fase de conhecimento de 56%. Ele esclareceu que essa meta mede a eficiência do judiciário, indicando a proporção de processos pendentes de solução em relação ao total de casos tramitados no ano; quanto menor a taxa, melhor a situação do tribunal.

A Secretária de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça de Roraima, Veruska Anny Souza Lobo, apresentou a Meta Nacional 6, que propõe identificar e julgar 50% dos processos relacionados a ações ambientais distribuídos até 31/12/2025. Ela destacou que, com a separação das ações indígenas e quilombolas em uma meta própria, o percentual de priorização aumentou de 35% para 50%, elevando a dificuldade para os tribunais da Região Amazônica, que concentram a maioria desses processos.

A Coordenadora Luciana Sá Fernandes, do Tribunal de Justiça do Pará, apresentou a Meta Nacional 7, nova meta para 2025, focada no julgamento de processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e quilombolas. A meta propõe identificar e julgar 50% desses processos distribuídos até 31/12/2025. A coordenadora apresentou os resultados alcançados em 2024 e o andamento em 2025 para as comunidades indígenas e quilombolas, explicando que esta meta é um desdobramento da antiga Meta 10.

Foco	2024	2025*
Indígenas	235,29%	115,15%
Quilombolas	107,14%	55,56%

até 31/05/2025

Fonte: Painel CNJ Justiça em Números

O Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Acre, Giordane de Souza Dourado, apresentou as Metas 8 e 9. Ele destacou que a Meta 8, focada na identificação e julgamento de 75% dos casos de feminicídio e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023, visa combater a cultura de violência de gênero. Enfatizou também a necessidade de celeridade para evitar reincidência e encorajar denúncias. A Meta 9, por sua vez, objetiva construir uma cultura de inovação no Poder Judiciário, implantando, em 2025, um projeto de Laboratório de Inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e alinhamento à Agenda 2030 da ONU. O impacto social dessa meta é trazer resultados efetivos à sociedade e ao jurisdicionado, buscando soluções mais eficazes e de menor custo, além de promover a colaboração institucional entre tribunais.

A Secretária de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça de Roraima, Veruska Anny Souza Lobo, apresentou a Meta 10, que busca identificar e julgar, até 31/12/2026, no 1º e 2º graus, 90% dos processos em fase de conhecimento nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2025 nas respectivas instâncias. Ela explicou que essa meta visa assegurar os direitos das crianças e adolescentes, sendo uma meta de continuidade desde 2023, com sucesso na priorização desses casos. A padronização do percentual de julgamento para 90% em ambas as instâncias reflete a contínua promoção dos direitos desses grupos vulneráveis.

## Sugestões e Propostas dos Participantes

O Presidente da Comissão de Processo Penal da OAB Amazonas, Edilson dos Santos Oliveira Neto, dirigiu-se especificamente às Metas 8 e 9, sugerindo a transmissão das principais sessões do Tribunal do Júri envolvendo casos de feminicídio pelo YouTube, com a devida proteção do Conselho de Sentença. Ele enfatizou que essa medida ampliaria o alcance da atuação jurisdicional na Região Norte, desestimularia o crime e promoveria a inovação e a publicidade do trabalho do judiciário.

A cidadã Cristiane de Souza Gama propôs diversas melhorias nas metas:

- Meta 1: ampliação do uso de videoconferências, plantões de força-tarefa e centros de assessoramento com atenção especial às comarcas do interior.
- Meta 2: criação de salões judiciais temáticos, mutirões do tempo com foco em processos até 2021, priorizando causas que envolvam populações vulneráveis.
- Meta 3: promoção de campanhas públicas educativas sobre os benefícios da conciliação com apoio da Defensoria Pública, Ministério Público, conselhos comunitários e movimentos sociais.
- Meta 4: criação de núcleos especializados com juízes e servidores para processos específicos, com metas de produtividade e prestação de contas mensal à sociedade.
- Meta 5: implantação de triagem inteligente com Inteligência Artificial (IA) para distribuição processual automática, priorizando a celeridade sem comprometimento do devido processo legal.
- Meta 6: promoção de mutirões ambientais em parceria com o IBAMA, ICMBio e entidades locais.
- Meta 7: asseguramento de intérprete com formação específica e consulta cultural, com respeito a esses povos.
- Meta 8: celeridade do julgamento dessas ações com garantia de medidas protetivas e imediatas e acompanhamento psicossocial integrado.
- Meta 9: lançamento de um projeto piloto de audiências assistidas por IA para ações de menor complexidade com cumprimento de sentença, sugerindo que as experiências piloto de inovação incluam mecanismos de escuta direta entre magistrados e jurisdicionados, como rodas de escuta pública e relatos orais, para humanizar a justiça.
- Meta 10: fortalecimento de parcerias institucionais para diagnóstico de situações de risco.

Também foi sugerida a criação de uma Meta 11, promovendo a acessibilidade e uma justiça inclusiva por meio da capacitação de magistrados(as) e servidores(as) sobre os direitos das pessoas com deficiência, garantindo acessibilidade nos processos e atendimento adequado nas audiências.

Moisés Rosa Pereira, do Instituto Social Maria Esperança, defendeu a criação de uma meta específica para processos que envolvem pessoas com deficiência, povos indígenas e idosos, solicitando que esses processos sejam julgados prioritariamente e de forma célere, e que a inclusão seja garantida nas audiências com tradutores de Libras e sinalização pública de prioridade, além da capacitação de magistrados(as) e servidores(as) sobre essa temática. Ele também pediu que a fiscalização do tribunal garanta que avaliações psiquiátricas sejam realizadas por médicos psiquiatras.

A Secretária de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça de Roraima, Veruska Anny Souza Lobo, trouxe situações excepcionais ao tratar da Meta 1. Em unidades com acervo muito baixo devido à eficiência da equipe, a Meta 1 torna-se inadequada para mensurar o desempenho. Como proposta de solução, sugere-se o alinhamento dos objetivos da Meta 1 de julgamento com o de acervo, permitindo que unidades com acervo enxuto, mas que não cumpram a Meta 1, trabalhem com uma cláusula de barreira, como a Taxa de Congestionamento Líquido.

Aureliano Dias, vice-presidente da Comissão de Processo Penal da OAB, expressou preocupação com a inacessibilidade do balcão virtual no Amazonas, relatando dificuldades para advogados e a sociedade em geral. Ele mencionou que a implementação de uma identificação excessiva no balcão virtual tem causado demora no atendimento e prejuízos à celeridade processual, sugerindo o retorno do Google Meet para atendimentos mais eficientes.

## Considerações Finais

Renato Alves Gomes, Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos do Tribunal de Justiça do Tocantins, fez as considerações finais, ressaltando o aumento anual de processos e a importância das metas nacionais para direcionar as prioridades do judiciário. Ele agradeceu as valiosas sugestões apresentadas durante a audiência, incluindo a publicização de casos de feminicídio, ampliação da participação popular, priorização de populações vulneráveis e propostas para a Meta 1 e o balcão virtual, todas importantes para discussões futuras no CNJ e com os tribunais.

[A reunião foi gravada com a aquiescência das pessoas participantes.](#)



Documento assinado eletronicamente por **VALDIRENE ALVES DA FONSECA CLEMENTELE, Juiz (a) Coordenador (a) do Núcleo de Cooperação Judiciária**, em 25/07/2025, às 13:20 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE PINHEIRO DOS SANTOS, Coordenador (a) de Estratégia e Projetos**, em 25/07/2025, às 13:29 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **4981340** e o código CRC **6ED450F9**.